



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 7/2017

SESSÃO ORDINÁRIA

21 DE DEZEMBRO DE 2017

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1. **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
2. **IMI – taxas a aplicar para o ano de 2017, a liquidar em 2018;**
3. **Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2018;**
4. **IRS – participação Variável – 2018;**
5. **Derrama – a liquidar em 2018 referente a 2017;**
6. **6ª Revisão Orçamental e 5ª Revisão às GOP;**
7. **Empréstimo a curto prazo;**
8. **PROPOSTA - Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2018;**
9. **2º ADITAMENTO - Empréstimo para cobertura necessidades de investimento;**

Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Fernando Cascalheira Vasco, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, Filipe Gonçalves Marques, Marcelo Serras, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Victor Júlio Outeiro Morais, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Aníbal Lobato, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo Pedro, António Fernandes, Jorge Pina. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores.-----

Não esteve presente o Senhor deputado Anacleto da Silva Batista, tendo sido substituído, pelo Senhor Marcelo Serras.-----

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer uma carta que rececionou, do Senhor Manoel Luis Costa, a solicitar a renúncia ao mandato para o qual foi eleito, tendo a mesa aceite a mesma, sendo assim, substituído pelo Senhor Aníbal Lobato. -----

Referiu ainda ter recebido uma carta do Senhor Bruno Gaspar, a qual passou também a ler e na qual é pedida a suspensão do mandato por cinquenta dias, a partir das zero horas do dia oito de novembro, tendo assim a suspensão do mandato até ao dia 28 de dezembro. -----

Foi posta a votação a ata da instalação da Assembleia Municipal e a ata da anterior sessão sendo as mesmas aprovadas por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu querer esclarecer a situação ocorrida na última sessão relativamente ao ponto número dois, eleição do elemento, presidente de junta para o núcleo executivo da rede social. Informou ter falado cm a Dra Sandra Esteves e leu a carta de resposta recebida. -----

Conclui o Senhor Presidente da Assembleia que de facto, não tinha lugar aquela eleição, ou seja, a eleição foi feita porque a assembleia assim o decidiu, mas na verdade quem elege os elementos, não obrigatórios, é o CLAS e a Assembleia Municipal não deve ter esse papel. Existiu uma má informação dos serviços, a situação está esclarecida, pensando que na prática já se cumpriu, tendo havido uma reunião do núcleo da Rede Executiva, em que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal esteve presente, estando a situação reposta e esclarecida.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco referindo que compreende e que na altura chamou a atenção para esse facto que foi repostado. Pediu que fizesse chegar ao grupo municipal do Partido Socialista copia da carta que lhe foi enviada e que, tendo havido uma deliberação que agora se verifica ser nula, na sua opinião essa decisão devia ser retificada por esta Assembleia, ou seja, da nulidade dessa decisão, seria de bom-tom retificar essa decisão que o Senhor Presidente acabou de dizer, ou seja, não elegendo ninguém por esta Assembleia para esse órgão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao órgão que retificasse a anulação da eleição feita na última Assembleia no ponto número um, sendo retificado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra ainda, para pedir o seguinte que se transcreve *“Não levem a mal que enquanto Presidente desta Assembleia Municipal teça algumas apreciações ao que têm sido os primeiros tempos de uma realidade autárquica e política algo diferente do que estávamos à alguns anos habituados.*

Nada é mais normal e saudável para a democracia do que alguma alternância de poder, neste caso nos órgãos autárquicos e ninguém deverá se incomodar sequer com a existência de ambições políticas quer individuais ou dos próprios partidos, desde que enquadradas no objectivo do verdadeiro serviço às populações, dito isto, reforço que, estou convencido, que estes novos tempos nos obrigarão a todos a sermos mais exigentes e mais eficazes na nossa actividade política e autárquica.

Porém, não posso deixar de chamar a atenção para algumas situações que podem ser contraproducentes.

Quando, por exemplo, o concelho e em particular a freguesia de Sardoal se confronta com a perda de uma das três instituições bancárias que serve o concelho e dele tira proveitos também, à cerca de 40 anos, seria, na minha opinião, muito importante, que todos os denominados players políticos soubessem da informação quase em simultâneo e depois sem qualquer disputa ou objectivo de louvor político-partidários, agissem em uníssono, apresentassem propostas alternativas coincidentes que visassem minorar as perdas. Se cada um, sem ouvir os outros e sem coordenação entre todos desatar a desenrolar medidas alternativas e locais alternativos antagónicos para a resolução do problema, a imagem que passa é negativa e o resultado poderá ser contrário aos interesses da população.

Felizmente e aparentemente, tudo se encaminha para uma resolução positiva, mas situações como estas deverão ser a meu ver, evitadas.

Não deve cada contrariedade que se depare ao concelho de Sardoal e às suas freguesias ser uma oportunidade de confronto político mas ao invés uma oportunidade de juntar esforços e consensos em função dos municípios e fregueses. Haverá, sempre, nos locais próprios, espaço para a discussão dos diferentes pontos de vista.

Independentemente, do estilo e da forma como cada um pretende levar o seu mandato, com mais ou menos publicidade dos atos, com mais ou menos divulgação nas redes sociais, com maior ou menor tendência populista, o importante será nunca esquecer que as guerras externas são as mais importantes, que a manutenção e o aumento da qualidade de vida no nosso concelho quando em competição com os concelhos vizinhos e com os concelhos do litoral mais populosos, deve ser a nossa meta.

O que nos une (Sardoal) deve ser mais forte do que o que nos separa (ideologia partidária).

Admito até que seja um defeito pessoal e de alguma ingenuidade política mas dificilmente me conseguirão convencer, que no Sardoal, concelho com menos de 4000 habitantes, onde todos nos

conhecemos e com todos os obstáculos relacionados com a interioridade que de diferentes formas todos tentamos solucionar e ultrapassar, haja espaço ainda para perder muito tempo com questões secundárias ao invés de procurar soluções que evitem o estagnar da evolução do concelho.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando vasco para referir o seguinte: -----

“Nesta primeira reunião da Assembleia Municipal cuja ordem de trabalhos comporta um período de antes da ordem do dia gostaria em primeiro lugar, em meu nome e em nome dos Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, de saudar todos os Sardoalenses pela alta participação cívica que tiveram no ato eleitoral ocorrido no passado dia 1 de outubro.

Gostaria igualmente de saudar todos os candidatos, eleitos e não eleitos de todas as forças políticas, concorrentes a esse mesmo ato aos mais diversos órgãos. Sem a sua generosa contribuição cívica, para a gestão da coisa pública, não estaríamos aqui hoje, certamente, em democracia.

Para nós, em oposição ou em governação, o serviço que nos propomos realizar em prol de todos os sardoalenses é o mesmo: contribuir para o desenvolvimento do Sardoal e para a melhoria do bem-estar dos Sardoalenses.

Para isso cá estamos, para debater os assuntos que dizem respeito à nossa terra, para apresentar as nossas propostas, para nos pronunciarmos sobre tudo o que disser respeito ao Sardoal e aos Sardoalenses.

Conhecemos as dificuldades. Todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista são chumbadas sistematicamente, não por serem más, mas sim por serem apresentadas pela Oposição.

Nas ultimas décadas tem vigorado o princípio na Governação do Sardoal, de quem não é por nós é contra nós.

Tudo faremos, com o apoio dos Sardoalenses, para alterar essa prática fraudulenta da democracia.

E esse apoio resultante do ato eleitoral de 1 de outubro é cada vez mais sustentado:

- Duplicámos o número de Vereadores, passámos de quatro para sete o número de Deputados Municipais e elegemos pela primeira vez, após mais de vinte anos de interregno, um Socialista como Presidente de Junta da Freguesia de Sardoal com 694 votos, votação esta superior ao somatório dos votos obtidos pelo outros três Presidentes de Junta das Freguesias de Alcaravela (347), Valhascos (143) e Santiago de Montalegre (158).

A democracia também passa por os eleitos saberem interpretar os números e a legitimidade relativa que daí resulta.

Mas isto não tem acontecido no Sardoal.

A democracia não é a política do Quero, Posso e Mando assente, exclusivamente nos mandatos obtidos, há, pelo menos 936 sardoalenses que expressaram nas urnas o seu descontentamento com esta política e que merecem ser respeitados.

A política levada a cabo pelos sucessivos executivos do PSD não só não tiveram engenho e arte para conseguir resolver um conjunto de problemas existentes há décadas, como têm manifestado consecutivamente a sua inércia e incompetência para a resolução dos mesmos, a saber:

No domínio das obras públicas:

Barragem da Lapa, esse elefante branco, inaugurado em 2002, pelo ministro Isaltino, onde alguns escreviam à época, a sua satisfação pela futura utilização como produtora de energia elétrica, para além do abastecimento de água, ainda hoje, passados quinze anos, não foi entregue ao dono da obra, a Câmara Municipal de Sardoal.

A sua deficiente construção originou problemas de segurança estrutural que impediram e impedem que se possa atingir a quota máxima de água prevista e obrigam a um regular visionamento por parte do LNEC.

A Câmara tem um crédito a receber por parte do concessionário no valor de várias centenas de milhares de euros (desconhecemos o valor exato neste momento).

A parte positiva desta questão, é que, nos últimos meses os Sardoalenses passaram a consumir água de Castelo de Bode, com as vantagens qualitativas daí inerentes (diga-se em abono da verdade , que há 10 anos apresentamos esta proposta, só lamentamos é que se tenha demorado tanto tempo a concretizar).

Degradação do Património Municipal:

A Casa Grande ou dos Almeidas é propriedade da CMS e foi adquirida 1/3 em 1980, 1/3 em 1988 e a restante parte em 2000, para que nela se instalasse, designadamente uma Biblioteca e um Museu.

A Casa Grande ou dos Almeidas é, segundo alguns, “uma das maiores referências do património cultural edificado do Sardoal”, de valor cultural e histórico inestimável e de valor patrimonial, atendendo à sua localização, características e área, certamente apreciável e quantificável.

Encontra-se em estado de total degradação e insegurança interna conforme tive oportunidade de verificar na visita que efetuei na qualidade de vereador.

No seguimento da primeira eleição do Presidente Miguel Borges no final de 2013, por ocasião das festas do concelho, foi-nos presenteado uma maquete , no átrio da Casa Grande, de uma operação de transformação da mesma num hotel de charme.

A trapalhada evolui e, em 11 de junho de 2014 a Câmara Municipal de Sardoal (CMS) cede o direito do uso da Casa Grande ou dos Almeidas, de modo gratuito, pelo período de 50 anos numa área aproximada de 2886 m quadrados à uma Sociedade anónima, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista.

Entretanto tal como expectável nada foi construído até hoje, apesar do contrato prever a iniciação da utilização do imóvel para o fim referido (estabelecimento Hoteleiro) no prazo de 24 meses após a celebração do contrato.

Entretanto, em 20 de fevereiro de 2017 foi assinado um contrato de cessão de posição contratual da empresa Marimi (recorde-se que era uma sociedade anónima) para a sociedade por quotas “requisitos de sonho, Lda”.

Se, no nosso entender uma sociedade anónima, dificilmente reunia os requisitos financeiros para levar avante um projeto de cerca de 8 Milhões de euros então uma sociedade por quotas, no valor de 5.000 euros, não reunia, para qualquer observador atento, qualquer condição para subscrever este projeto.

Anote-se que esta sociedade foi criada em 23 de janeiro de 2017, e designada a sua sede na Av. Luís de Camões n.º 5 no Sardoal.

Ora acontece que nesta morada se encontra sediado um edifício público classificado, propriedade da Câmara Municipal do Sardoal, “a Casa Grande ou do Almeidas”.

Questionado o Presidente de Câmara sobre se a Câmara ou ele próprio tinha dada a devida autorização para que uma sociedade por quotas tivesse a sua sede num edifício público sua propriedade, o mesmo afirmou que não e que tal facto resultava diretamente do contrato de cessão do direito de uso firmado entre a Câmara e a sociedade Marimi .

Ora bastaria ler a alínea b) do artigo 2.º do contrato celebrado entre o Município do Sardoal e a sociedade Marimi para perceber que a resposta reflete, no mínimo, a ausência de uma assessoria jurídica adequada no quadro de pessoal da Câmara municipal de Sardoal.

Diz esta alínea:

“ Os imóveis a ceder destinam-se exclusivamente ao fim constante na alínea a) (instalar e explorar um estabelecimento Hoteleiro) do presente artigo, sendo expressamente proibido ao segundo outorgante a

cedência temporária ou definitiva, gratuita ou onerosa a quaisquer terceiros sem o consentimento escrito do primeiro outorgante “

Entendemos que, se era intenção do Senhor Presidente de Câmara resolver o problema da deterioração da Casa Grande ou dos Almeidas, através de uma cedência contratual do uso da mesma, então a transparência exige, eu diria obriga, à publicitação a todos os interessados desta manifestação de vontade, para que todos e de entre todos, pudesse ser escolhida a proposta mais vantajosa para o Sardoal.

Várias são as soluções para o problema inventariado, em tempos, pelo Senhor Presidente, aqui deixamos hoje, mais uma vez, e perante esta nova Assembleia, aquela que, em nosso entender melhor se coaduna com o desenvolvimento sustentável do nosso Concelho:

Senhor Presidente da Câmara avance com um projeto de recuperação da Casa Grande ou dos Almeidas, através do recurso aos programas e fundos comunitários existentes nesta aérea, algo que deveria ter sido feito nos últimos 14 anos mas que ainda está em tempo de o fazer.

O valor histórico, arquitetónica cultural e patrimonial pertença dos Sardoalenses assim o exige.

Obviamente que nada temos contra o apoio da Câmara a empresários com vista ao investimento no Sardoal criando riqueza, pelo contrário, entendemos que a Câmara deve ser mais atuante e pró-ativa, mas somos contra a cedência GRATUITA de património municipal que não é nosso, mas de todos nós.

Externato Rainha Santa Isabel, o mesmo problema, degradação consecutiva, que todos conhecemos, sem que a Câmara apresente alguma solução concreta e viável para a recuperação do imóvel.

Bairro da Torre, propriedade da Câmara, onde esta tem uma relação contratual de senhorio para com os munícipes que são inquilinos, em que ambos têm direitos e obrigações consagrados na Lei.

Chove nalgumas casas, existe humidade, amianto nos telhados, um conjunto de situações que temos vindo a fazer eco, sem no entanto ter tido o necessário acolhimento do executivo camarário.

Ambiente:

Muito haveria para assinalar, mas recordando a inércia existente há décadas, diremos tão-somente, a título exemplificativo, que os habitantes dos Andreus e Valhascos, sofrem com os maus cheiros provenientes do mau estado das respetivas Etares, problemas estes, sobejamente conhecidos e denunciados, que já deveriam estar resolvidos há décadas.

Apoio Social:

Trazer ao conhecimento desta Assembleia que, por motivos que desconhecemos, os nossos idosos continuam a não ser apoiados na compra dos medicamentos que necessitam para a sua sobrevivência. O último número que foi dado sobre participação de custos de medicamentos, ao abrigo do contrato celebrado com a associação Dignidade, abordava 17 pessoas no Concelho e tanto quanto nos apercebemos, não envolvia nenhum idoso.

Fica assim demonstrado que fazia todo o sentido a aprovação da proposta do PS que foi chumbada pelo PSD em Sessão de Câmara.

E ainda, no capítulo do apoio social, recordar, que muitos dos nossos idosos, quando têm de se deslocar, a consultas a Abrantes ou a Torres Novas, têm de despende do seu parco rendimento ou em alternativa as suas famílias, quantias que chegam a quase 100 euros, daí entendermos que a Câmara deve apoiar estas situações designadamente através da deslocação na viatura existente para transporte de doentes não urgentes nos nossos bombeiros municipais.

Habitação:

Entendemos que não se compreende como é que há vários anos a Câmara seja proprietária de um terreno para habitação em Andreus e o mesmo não seja colocado no mercado da habitação para jovens a preços controlados.

Há anos que denunciámos esta situação cuja resolução poderia dar um novo ânimo de implantação de novos casais jovens no nosso concelho, mas até agora sem concretização, certamente por ser uma proposta do PS.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Caras e Caros Colegas

Muitos mais assuntos haveria para trazer a esta Assembleia, mas queremos cumprir o disposto no Regimento relativamente ao tempo que nos está atribuído.

Ainda assim, queríamos finalizar esta intervenção demonstrando a nossa firme determinação, como sempre fizemos no passado, em tudo fazer, em oposição ou em governação, em prol de todos os sardoalenses contribuindo, desde modo, para o desenvolvimento do Sardoal e para a melhoria do bem-estar dos Sardoalenses.

Boas Festas, Feliz Natal e um Bom Ano Novo para todos.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ficar feliz por se ganhar outra dinâmica nestas Assembleias, coisa que não acontecia até aqui, como também não houve nas reuniões de

Câmara anteriores, onde por exemplo o Senhor Fernando Vasco foi Vereador durante muito tempo e em que algumas reuniões até demoravam dez minutos, tendo sido o recorde, de oito, por isso, os números, dizem o que dizem e, como se esta a falar em números e quando o Senhor deputado Fernando Vasco fala em prática fraudulenta da democracia, isto é uma acusação muito grave, feita por uma pessoa que anda a perder, a ter derrotas sucessiva desde o seculo passado e que, nas ultimas eleições, um democrata não pode interpretar desta maneiras quando os sardoalenses passam de uma votação de 49% para 56%, os Sardoalenses não só julgaram a veracidade do executivo por si liderado em decidir os destino da Câmara como também decidiram a incapacidade do Partido Socialista em ser oposição. A capacidade do PSD de executar e a incapacidade de ser oposição, porque também é preciso ser oposição e a prova que o Senhor deputado não sabe ser oposição é que parece ser um deputado novo que está naquele órgão e que não está nestas coisas há catorze anos ou mais, dado que estes assuntos estão fartos de ser explicados e comentados. -----

Sobre a Barragem da Lapa, desafiava o Partido Socialista, tão conhecedor que é dos dossiers como dizem que são, a apresentar uma proposta de resolução desta matéria, que não cause problemas para o município, que não seja o Tribunal, mas também está-se a falar de um Tribunal Arbitral, o contrato foi feito há muitos anos, por isso existem aqui uns imbróglis enormes. -----

Sobre a Casa Grande ou dos Almeidas, referiu que o Senhor Fernando Vasco fez queixa há dois anos ao Ministério das Finanças, resposta até este momento, zero. O grupo Parlamentar do partido Socialista na Assembleia da Republica, fez uma pergunta ao Ministério da Justiça há seis ou sete meses, até agora não obteve resposta. O grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da Republica fez uma questão ao Ministério da Cultura, a resposta veio e diz, não só, que todo o processo em relação à Casa Grande está bem feito, como tem acompanhado desde o início e até sugere que sejam estes os procedimentos. Ou seja, até ao momento, todas as queixas que os senhores apresentaram, a resposta favorável que tiveram foi zero, por uma razão muito simples, que é o superior interesse do município e o que se esta a trabalhar é no desenvolvimento económico do Concelho. -----

O Partido Socialista nunca e, as atas podem provar, apresentou uma única proposta em relação à Casa Grande. Foi testemunha da completa degradação daquele edifício ao longo de muitos anos. A primeira pessoa e que pode ser testemunhado pelas atas, que disse chega, que teria de haver uma resolução para o edifício, chama-se Miguel Borges. Fundos Comunitários não houve durante muito tempo, mas agora, existe um contrato que será cumprido, o qual tem todas a legalidade e, quem é que o diz, se

calhar é o silencio do Ministério das finanças, do Ministério da Justiça, mas se calhar não é o silencio do Ministério da Cultura que disse estar-se no bom caminho e a fazer as coisas bem feitas. -----
Referiu já ter falado demais sobre esta matéria e não continuará a falar porque o estar a falar é dar palco ao Senhor deputado, então irá esperar-se a resposta destas entidades às quais foi feita queixa.---
Sobre a Casa Grande ou dos Almeidas, a Camara Municipal já fez tudo o que havia para fazer para recuperar o edifício de valor patrimonial ímpar no concelho, para fazer um investimento de mais de quatro milhões de euros, com criação direta de dez postos de trabalho e, o que tem verificado é um Partido Socialista, numa noite de breu com uma candeia apagada à procura de um pormenor para que o investidor se arrependa de investir no Sardoal, para que o afaste e para que este projeto vá por água abaixo. Não lhe parece que seja assim que se defende os interesses do Concelho. Legal é, pois até agora não houve ninguém, nenhuma entidade que pusesse em causa a legalidade deste contrato. Houve ainda uma adenda a este contrato inicial em que, em troca do edifício, a biblioteca, o promotor obrigava-se a recuperar o edifício do externato Rainha Santa Isabel, ou seja, com este projeto recuperam-se dois edifícios. Faz votos para que o promotor acredite e tenha confiança no executivo e faça vozes moucas às vozes, contra a recuperação destes imoveis, o investimento de quatro milhões de euros no concelho e contra a criação direta de dez postos de trabalho e contra a criação de um equipamento fundamental, chamado hotel, fundamental para a estratégia de desenvolvimento no âmbito do turismo. -----

Sobre o bairro da Tapada da Torre referiu que este assunto só foi falado, porque o mesmo foi incluído nos documentos previsionais, não foi o PS que descobriu que o Bairro precisava de ser arranjado, foi o executivo que teve essa consciência. A primeira pessoa a falar do Bairro da Tapada da Torre foi, mais uma vez, o Miguel Borges, não valendo a pena estar-se com retóricas, basta uma consulta às atas, as quais falam por si, os Senhores vieram a reboque, fizeram muito bem, porque é algo que a Câmara quer recuperar e, até final do ano, vai entrar a candidatura para a recuperação deste imóvel degradado no valor aproximado de quatrocentos mil euros que não foi feito antes porque não houve quadro comunitário e, a despesa é muito grande. -----

Sobre o ambiente, o Senhor deputado sabe perfeitamente que a ETAR de Andreus esta concessionada às Aguas de Lisboa e Vale do Tejo e esta a decorrer um concurso para uma ETAR nova, de Andreus e Valhascos, como foi feito e nunca foi falado da ETAR nova que o Sardoal tem, feita de acordo com este protocolo. A Câmara Municipal não pode fazer mais do que aquilo que fez até ao momento, mas

também, a qualidade das Etars não se mede por aquilo que se pensa disso, existem análises que dizem que os valores estão a ser cumpridos e quando não cumprem, existe quem intervenha e há penalizações. -----

Continuou o Senhor Presidente, desafiando o Senhor deputado a trazer alguém à sua presença, a quem tenha sido recusado o apoio do gabinete de ação social da Câmara, seja em que aspeto for, porque o chegar ali e dizer que as pessoas precisam de ser apoiadas sem que se saiba que existe um conjunto grande de pessoas que estão a ser apoiadas, muito maior do que o desejado, porque a Câmara não deseja ter centenas de pessoas no programa Abem, mas sim, quatro ou cinco, o que seria sinal de que as pessoas tinham capacidade de resposta económica aquilo que são as suas necessidades. Este programa esta a funcionar muito bem, é muito melhor do que aquele apresentado pelo PS, daí a Câmara ter aderido e que é um programa de referência nacional do qual se é pioneiro com orgulho, mas os senhores ainda não entenderam.-----

Em relação à habitação da Tapada de Andreus, aquele terreno urbanizável, não tem qualquer culpa sobre o assunto, pois se tivesse, aquele terreno nunca teria sido comprado, pela razão de se precisar de um investimento de infraestruturas superior a trezentos mil euros e o conjunto de lotes que se pode la fazer será oito ou nove. Relativamente ao custo benefício, questiona se estará nas prioridades da Câmara gastar este montante nas infraestruturas para depois vender sete ou oito lotes, é importante, mas, questiona, o que se deixaria de fazer. -----

A análise e o estudo foi feito e é claro que, se não fosse este valor e o custo/benefício, ter-se-ia feito. Concorde que o problema da habitação no Sardoal é muito complicado, pela simples razão de cada vez ser maior o numero de pessoas que quer vir morar para o Sardoal, porque aqui existe qualidade de vida. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos solicitando um esclarecimento à bancada parlamentar do PS sobre a substituição do deputado Manuel Luis Costa dado ter-lhe parecido um processo algo confuso pelo que foi dito pelo Senhor Presidente, porque a renuncia no dia 15, alegando o decorrer da assembleia no dia 8, essa data não é coerente com a informação tida no dia 6 sobre a sua eventual saída, o que quer dizer que não terá sido o conteúdo da Assembleia Municipal e o processo democrático alegado, não deve ter pesado para a sua decisão, a qual já tava tomada, caso contrario não teria vindo a carta do Nuno Gaspar a pedir a suspensão do mandato. -----

Referiu ainda, achar ser da sua responsabilidade enquanto membro da Assembleia na CIMT, dar conta das emanações da reunião em que esteve no dia 13 de dezembro, onde foi apresentada a previsão orçamental para 2018 e a reflexão sobre as linhas gerais daquele órgão. Foram manifestados os assuntos preocupantes para o PSD, nomeadamente a poluição no rio Tejo e a questão dos incêndios, pedindo que apresentem sugestões para se levar a este debate. -----

Relativamente ao que o Senhor Presidente disse, e o qual concorda, devem tratar-se os assuntos dos Sardoalenses com informação e responsabilidade sem especulações e sobretudo sem atribuições de responsabilidades, neste caso a Câmara, na sua opinião, não tem. A desertificação do interior é um facto muito preocupante, passa por questões muito objetivas como a falta de emprego e subjetivas como a perceção de que a vida nos grandes centros é melhor. Se alguém tivesse uma varinha de condão para resolver este assunto de certeza que ele já estaria resolvido. No seu entender, isto passa sempre por decisões centrais que ofereçam melhorias na qualidade de vida e no custo da mesma. Portanto, enquanto a ideia do el dorado das grandes cidades não se dissipar e houver o provincianismo de achar que viver na cidade é melhor, ter-se-á de refletir e perceber se se quer que não saiam os novos, se se quer que voltem aqueles que foram embora e dizer que poderão vir verbas e financiamentos se o estado na administração central não se comprometer a outros níveis com o interior. Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco, dizendo que relativamente à carta do ex deputado Manoel Luis Costa, não tendo procuração nem nenhum documento para responder à questão, mas relativamente ao conteúdo da carta teve conhecimento naquele dia pela primeira vez, quer dizer que a subscreve e em declaração de voto naquele dia, e agora em declaração política que fez, acentuou algumas das diferenças que o deputado disse. -----

Relativamente à questão da CIMT, agradece que tenha trazido à questão, dado terem estado lá os dois, tendo havido algo que o surpreendeu, pois tendo o PS ali uma maioria muito absoluta, houve por parte do Presidente eleito e por parte de quem geria as bancadas, uma mesa que representava todos os partidos, ou seja, foi convidada a CDU e o PSD a fazer parte da mesa e, a si, parece lhe muito positivo e muito democrático, a CDU não acedeu a estar como secretaria da mesa porque são só três, mas gostou muito daquela perspetiva democrática de gerir uma assembleia. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo não comentar a agressividade com que a bancada do Partido Social democrata foi tratada pela intervenção do Senhor deputado Fernando

Vasco, porque enquanto utilizar frases como pratica fraudulenta da democracia pela parte do PSD, são comentários que não lhe merecem qualquer consideração. -----

Considera que a intervenção foi demasiado longa, porque se todos tiverem o mesmo tempo que teve o senhor deputado, sairiam dali à meia noite. Existem seis inscritos, o PSD tem o seu tempo ele esta definido em Regimento como o PS, tem sido pratica deste Presidente da assembleia municipal, deixar as pessoas falar, mas também tudo tem limites. -----

O Senhor deputado fez referência ao centenário da paroquia de Santiago de Montalegre, freguesia que, parece, para o PS, desapareceu do mapa, lamentando que o PS não tenha apresentado lista à assembleia de freguesia naquela freguesia, onde tem obra feita, a qual foi referida no seu livro, é triste chegar à assembleia de freguesia de Santiago de Montalegre e ver um coeficiente de sete zero, uma força que se disse ali, tao empenhada na evolução do concelho e esqueceu-se que a freguesia mais sacrificada e mais carências tem, o PS não se preocupou com ela, esperando que no futuro voltem a aparecer e os montalegrenses saberão depois dar a resposta adequado ao que agora foi feito. -----

Disse ainda ter terminado no dia 8 de dezembro as cerimónias comemorativas do centenário da paróquia daquela freguesia, esteve presente a Filarmónica União Sardoalense, onde deu um excelente concerto musical, com a qualidade de sempre, lamentando que mais uma vez o PS não tenha aparecido. Também foi lançado o Livro Paróquia de Santiago de Montalegre, a caminho dos cem anos, de autoria do padre Francisco Valente Gaspar e José Martinho Gaspar, que veio enriquecer o património literário daquela freguesia e por conseguinte o do concelho. É sempre bom quando se comemora o aniversário de alguém que mexeu positivamente nas vidas dos outros, melhor se torna quando se comemora 100 anos de uma força viva que tem tido ao longo da sua vivencia, um peso e uma importância significativos na vida da própria freguesia, esta um pouco mais jovem. É com enorme satisfação que parabeniza a paróquia e a todos os paroquianos pela passagem do seu centenário, desejando que a mesma se mantenha por muitos mais anos assim como a freguesia.-----

Referiu ainda que quando demonstrou a sua não aceitação por parte do Partido Socialista em não concorrer a Santiago de Montalegre, não quer com isto dizer que esta freguesia não esteja bem servida de elementos da junta de freguesia, a qual tem um excelente elenco, o atual secretario da junta de freguesia, foi no anterior mandato, vereador do GIS, o PSD pese embora, não abana só a coisa para a frente, preocupa-se em ir buscar os melhores, foi o que fez, prescindiu do secretario que tinha e colocou na junta, um que era da oposição, para seu agrado e de todos os habitantes da freguesia. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que nem sempre o período Antes da Ordem de Trabalhos pode ser assim tão longo, mas sabe que havia uma necessidade para que se apresentasse uma carta de intenções e em função disso irá haver alguma tolerância, seja como for, pede que as pessoas que tenham de falar, que sejam o mais claras e rápidas possível e, a partir daqui irá tentar-se cumprir o regimento da melhor maneira. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer ao Senhor deputado que o Executivo esteve todo ele presente nas cerimónias, incluindo os dois vereadores do PS. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo querer falar na vaga de assaltos e ocorrências registadas no Sardoal, tanto esta semana que esta a decorrer, bem como a que passou, nomeadamente: na Associação S.Simão, no Parque Desportivo, nos Moinhos de Entrevinhas, com fechaduras forçadas e partidas, do Moinho recuperado e wc, a casa de um funcionário do município em que a fechadura foi forçada no Centro da Vila, Ruas Velhas, fechaduras forçadas. -----

Questiona sobre o que o Município fez recentemente tendo em conta o défice de elementos da GNR no posto e que, face à situação exposta cria um enorme sentimento de insegurança, chamando a atenção para o aproximar da passagem de ano, em que muitas pessoas vão para fora e também que deveria de se efetuar rapidamente uma ação de sensibilização, nomeadamente pedindo à GNR que patrulhe com mais regularidade as casas de quem se ausenta, indicadas previamente na GNR, como sucede por exemplo no verão. -----

Fez também referência ao encerramento do BCP, sabe o que fez para que o banco não fosse encerrado, sendo uma luta inglória, além da sua ligação quase sentimental aquela casa, dado ter trabalhado ali cerca de 20 anos, Em 1º lugar lamenta a perda pela população, mas também pelo comércio que indiretamente volta a sair prejudicado com este encerramento. -----

Questiona porque o executivo optou por não informar inclusive ao presidente da junta de freguesia de Sardoal, dado ter estado reunido com o executivo, no dia 5 de dezembro, a tratar de assuntos da Freguesia, assim, distancia-se totalmente da opção do executivo, que como bem sabem foi bem diferente relativamente à informação dada, quer internamente para a Câmara, quer para o exterior. Enquanto autarcas tem-se o dever de informar a população. -----

O Senhor deputado fez referência a um assunto que para si é muito gravoso e que se passou na última Assembleia de Freguesia, perguntando se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento que um Deputado da Assembleia de Freguesia eleito pelo PSD, o Secretário do executivo anterior acedeu

sempre que quis ao email da Junta de Freguesia de Sardoal, mesmo após o dia 16 de outubro, o dia da tomada posse, e que o fez de uma forma deliberada e através de várias tentativas, que mesmo após nossa alteração conseguiu aceder ao mesmo. -----

Disse que a pessoa teve acesso a processos, nomeadamente à informação do Presidente, ao orçamento, teve acesso a troca de emails entre o executivo da junta e a própria camara municipal, acesso a encomendas, a projetos, bem como a passwords de outros diretórios, aos pedidos feitos ao Município, teve acesso a emails trocados entre as diversas instituições, segurança social, Centro de Emprego, Direção Geral das Autarquias Locais, CCDR, assim como ao montante que o Município propôs à junta de freguesia, no acordo de execução mesmo antes de o receber para aprovação na Assembleia. -----

Teve acesso aos apoios formais efetuados ao agrupamento de escolas, as associações, ao centro social dos bombeiros, a toda a informação reservada, que só ao executivo da junta dizia respeito e que foi conseguido através de um ato democrático levado a cabo no dia 1 de outubro. -----

Tudo isto está consignado em ata em que o mesmo referiu que acedia ao nosso email, com todas as testemunhas envolvidas, os 9 membros da Assembleia, os 3 membros do Executivo e ainda mais 4 pessoas do publico que felizmente estavam presentes. -----

Perguntou ao Senhor Presidente qual a sua posição sobre este tema, pois existe matéria, provas, testemunhas, e como a qualifica este caso e o que faria se caso idêntico lhe batesse à sua porta. Como se sentiria ao saber que por exemplo algum deputado que está aqui na oposição lhe acesse ao email do Município mesmo depois de terem tomado posse, questiona. -----

Todos os cidadãos vão exigir saber qual a sua posição e o que faria se o Município que representa fosse vilipendiado e violado dessa forma, de uma forma tão vil, tão suja, por um comportamento tão crápula e tão execrável, quando chegamos ao ponto de ter que mudar a fechadura da porta de uma Entidade como a junta de Freguesia, após essa ação é porque a politica bateu mesmo no fundo, o Sardoal, a Assembleia e a Freguesia, precisava de uma pessoa diferente para tal cargo, a politica chegou mesmo ao fundo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo agradecer a informação, mas existe um princípio de separação de poderes dado que este assunto em nada diz respeito à Câmara Municipal. Sendo uma má pratica politica e a ser verdade tudo o que disse, porque há sítios onde estas coisas tem de ser devidamente analisadas, a pessoa em causa tem o direito de ser ouvida ou não, mas havendo

alguém que tenha uma má pratica na ação politica, sendo assim como disse, reprova completamente, seja o seu parceiro do lado, alguém da sua família do seu partido ou de outro qualquer, seja quem for. É condenável qualquer ação, qualquer atitude que saia fora das regras, e todos, independentemente do partido a que pertencem, têm não só o direito, mas a obrigação de combater este tipo de situações.

Estão cansados de ouvir dizer, injustamente, mal da politica e dos políticos, não se pode permitir, que situações que não sejam corretas permaneçam no seio da politica, muito menos, junto deles, mas isto é em tese, no geral, pois caso concreto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal terá de fazer aquilo que lhe compete fazer para defender a sua junta de freguesia que é o que faria como Presidente de Câmara, até as ultimas consequências. -----

Em relação à GNR, tem dito há já muito tempo e tem trocado contactos com a anterior ministra. Existe um problema muito grave no território o qual não esta a ser levado muito a sério, dado que o território no interior esta completamente despido, vazio de GNR. Infelizmente a partir das cinco horas, chega-se a ter uma patrulha, para três ou quatro concelhos o que é de lamentar. -----

O que lhe têm dito é que nos últimos dois três anos o número de efetivos da GNR reduziu em mais de cinquenta por cento e a juntar a isto, há um novo estatuto com todo o direito, que permite que os efetivos possam ter mais folgas. Antigamente tinha-se uma vigilância da GNR, como presença dissuasora e deixou de se ter. Referiu que a Câmara está em articulação com os comandos da GNR, com muita preocupação, mas na verdade existe um investimento que o Estado tem de fazer e que se chama, homens e mulheres no terreno. As pessoas estão completamente desprotegidas e pede por favor, sabendo que há jornalistas presentes, que esta informação deva ser passada o menos possível, pois não se pode andar a publicitar que os territórios estão desprotegidos, tem feito este trabalho, mas diretamente e por vezes, tem de bater o pé e dizer que não é operacional, dado que alguns operacionais consigo, confundem as coisas e não percebem que o Presidente da Câmara está a querer criar melhores condições para que os mesmos possam desempenhar o seu trabalho. -----

Referiu algumas situações ocorridas no concelho nos últimos tempos, em que para as quais não havia efetivos para socorrer as pessoas. -----

Este é outro assunto em que devem rumar todos para o mesmo lado e unir forças para que estas situações sejam contrariadas.-----

Referiu que na última reunião da CIMT, apresentou este problema, tendo sido solicitada uma reunião com o Senhor Secretario de Estado da Administração Interna, ainda antes desta onda de assaltos e o

que lamenta é que os factos, lhe têm vindo a dar razão, aos alertas que tem vindo a fazer e a seguir elas acontecem. -----

Sobre o BCP referiu ter reunido com a administração, e uma das coisas que lhe foi dita, foi que, no mesmo dia se iam encontrar com o Senhor Miguel Alves, não sabendo se, como Presidente de Junta, empresário ou cliente do banco. -----

Existem duas questões, uma é que era um assunto que ainda não estava encerrado, porque na altura em que reuniu com as pessoas apresentou uma proposta. -----

Obvio que podia ter falado com os Presidente da Junta de Sardoal e com os outros também, mas independentemente de o ter feito ou não, não iria alterar o que quer que fosse. Estaria preocupado se, falando com os Senhores Presidentes de Junta, com o Presidente da Assembleia ou com os seus colegas, se isso tivesse consequências, estaria preocupado mas não. Pediu para não se fazer caso onde ele não existe, porque não há consequências absolutamente algumas. -----

Disse ainda que, em matéria de articulação, terão de conversar e aprender a manter as coisas, ambas as partes, aprender como lidar um com o outro, dando o exemplo da fonte que a Junta de Freguesia arranhou em Cabeça das Mós e que é propriedade do Município, e que só a priori é que a Câmara teve conhecimento e, neste caso, o Presidente da Junta também não o fez, tão pouco perguntou ao dono do equipamento se concordava ou não com a alteração feita, mas também já conversaram sobre o assunto. Terão de aprender a lidar uns com os outros. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques dizendo ser com grande satisfação que vê vários jovens na assistência daquela Assembleia e que isto seja o mote para a participação política local, porque é dos jovens que depende o futuro da democracia. -----

Referiu ainda que, ao contrario do que o Senhor deputado Fernando Vasco disse, que a Câmara Municipal nada faz, quer congratular o executivo, na pessoa do Presidente Miguel Borges, pela restituição do acesso à saúde a todos, no concelho de Sardoal. Desde 2009 que cerca de 50% da população não tinha acesso a médico de família, certamente muito ainda há a fazer, mas hoje em dia tem-se ao dispor nos cuidados de saúde primários no concelho, três médicos de família e esta prevista a abertura da extensão de saúde de Alcaravela no próximo mês de janeiro. Reforçou que estes ganhos são ainda mais significativos quando são em linha contrária ao que o governo socialista tem feito na área da saúde, em que os cortes são sucessivos e diariamente existem greves de todas as classes

profissionais nesta área e esta situação deve ser reconhecida como uma mais-valia para o concelho de Sardoal. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo que no orçamento geral do estado para 2018, está previsto e obriga os proprietários privados a fazer a limpeza dos seus terrenos até 15 de março e se não o fizerem, terá de ser o executivo da Camara Municipal a fazer lo ate 31 de maio e se não fizer até dia 31 de maio existe uma penalização da Câmara Municipal de um duodécimo do fundo do equilíbrio financeiro, questionando assim, se a Câmara municipal esta em condições para executar esta tarefa se eventualmente for chamada a isso.-----

Disse ainda ter ouvido na comunicação social que vai ser reaberto o posto de saúde em Alcaravela, questionando para quando o posto de saúde de Valhascos.-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Pedro e, como Presidente de Junta de Alcaravela está muito contente pela abertura do Centro de Saude de Alcaravela, uma luta que a Câmara e a Junta sempre fizeram perante o Ministério da Saúde. Houve reuniões com o diretor do centro de saúde, com a diretora do ACES e na sua opinião chegou-se a bom porto, houve bom senso, embora tenha de se fazer algumas obras na extensão de Alcaravela é uma realidade e de certeza que aquela localidade vai ganhar com a saúde. -----

Na sua opinião é mais fácil levar um medico a Alcaravela do que trazer 780 pessoas ao Sardoal e para que o médico, posteriormente, lá continue, terá de se ter cerca de 700 utentes e, os alcaravelenses, que são 755 eleitores, mais jovens e crianças, pensa que se ira conseguir esse objetivo, por isso bem haja a todos os que contribuiram. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, dirigindo-se ao deputado César Marques, dizendo não ter sido fácil, tem sido uma luta que não é inglória, porque se vê uma luz ao fundo do túnel, muitas reuniões com todos os grupos parlamentares na Assembleia da Republica, com secretários de Estado da Saúde, de diferentes partidos, de diferentes governos, foi um trabalho de insistência e enquanto a voz não lhe doer irá gritar defendendo os interesses do Sardoal e dos sardoalenses, ou seja, de todo o concelho. -----

Disse, ao senhor deputado Rui Valente, que se corre um risco, o discurso que utilizou, pediu que não visse como uma critica, mas tem sido o discurso nacional “o que é que as Câmaras vão fazer quando os proprietários não cumprem”, havendo uma inversão do mesmo, pois aquilo que deveria ser feito era a criação de condições para que os proprietários cumpram aquilo que são as suas obrigações e não é

só os aglomerados, mas a faixa de cem metros à volta dos mesmo, tem de se criar condições, obrigando, apoiando, financiando, para que as pessoas cumpram as suas obrigações e que não se esteja à espera do incumpridor que não cumpre as suas obrigações e depois a seguir intervém a Câmara Municipal. -----

Esta é a mensagem que está a passar e não deve porque é perigosa porque as pessoas começa a interiorizar que se não fizerem a Câmara fará posteriormente, contudo, não existe uma Câmara no país que tenha capacidade financeira para o fazer e isto acontece quando se fazem leis à pressa. As Câmaras devem ter um papel mais ativo nesta questão, porque têm competência em termos de área urbana, em termos dos aglomerados da área não urbana não têm, estão agora a ser transferidas essas competências para as Câmaras Municipais. Ouviu o Senhor Primeiro Ministro dizer que iria chegar uma linha de financiamento de cinquenta milhões de euros para apoiar as Câmaras municipais neste trabalho. As coisas estão a ter alguma concertação, fruto daquilo que tem sido insistência dos municípios. -----

A Câmara tem um projeto apresentado há quatro ou cinco anos, que prevê a limpeza e manutenção de algumas destas faixas à volta dos aglomerados. Esse projeto foi aprovado, no valor de 600 mil euros, mas não tendo dotação orçamental, ficou à espera, ou seja, financiamento para prevenção, para limpar, a Câmara candidatou-se, foi aprovado o financiamento, mas não houve dotação orçamental, mas depois tem de haver para a restituição de matéria destruída nos incêndios e mais uma vez, trabalha-se ao contrário. -----

A Câmara está a fazer o seu trabalho de casa, está preocupada como os restantes municípios do país, porque se os proprietários não assumirem as suas responsabilidades, e este é o ponto de partida e nesta matéria, a Autarquia não esteve à espera que estas coisas acontecessem. A Câmara já fez uma reunião de sensibilização, onde, durante um dia, foi discutido o medronheiro, no âmbito da limpeza dos terrenos, poderiam colocar nos mesmos medronheiro, planta que não precisa de tanto trabalho, que dá alguma rentabilidade económica, dá-se bem no território, e é das plantas mais resistentes ao fogo. -----

Sobre o posto de saúde de Valhascos, referiu que para que este abrir é necessário que haja 700 inscrições, tal como foi para Alcaravela, e assim, nessa altura, estar-se-á em condições de lutar para que assim seja. É a legislação que existe. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Alcaravela, referindo-se aos assaltos, nomeadamente a Junta de Alcaravela, que também foi assaltada e só não levaram mais, porque

chegou a tempo. Todos têm de estar em alerta e tentar conciliar forças para que isto não continue e fazer ver ao governo que algo tem de mudar. -----

Ordem do Dia

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o documento refere-se à atividade da Câmara desde que se tomou posse, verificando-se uma diminuição da dívida de 194 mil euros, prevendo-se que esta redução atinja o valor no final do ano de 450 mil euros.-----

Mostrou-se disponível para qualquer esclarecimento que se queira ter. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo ter sentido muita satisfação quando recebeu a notícia que o Sardoal foi mais uma vez distinguido pelo observatório das famílias familiarmente responsáveis, com a bandeira verde, dado verificarem-se práticas amigas das famílias, com apoio à maternidade e paternidade e medidas de conciliação entre trabalho e família. Sabendo que este observatório avalia iniciativas do município em 12 áreas, o que significa que os responsáveis exteriores estão atentos. Destacou ainda que se tem verificado neste Município um grande esforço por parte da gestão do município na criação de condições para captar e fixar as famílias com medidas responsáveis inovadoras. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o Senhor Presidente da Câmara foi eleito para o conselho Geral da Associação Nacional de Municípios. -----

O Senhor Presidente referiu que esta bandeira, é uma bandeira deste município, o apoio social às famílias tem sido a bandeira do executivo. Foi reconhecido, mas é importante que se diga que dos 308 municípios, concorreram 115 e a bandeira foi entregue a 61 e destes, o Sardoal, faz parte de um mais restrito que é a Bandeira Palma, dado ter sido atribuído o galardão há três anos consecutivos. É fruto da avaliação de uma entidade autónoma. Agradeceu as palavras do deputado, referindo que a Autarquia não faz mais do que a sua obrigação.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2. IMI – taxas a aplicar para o ano de 2017, a liquidar em 2018;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se propõe é que se mantenha as taxas de IMI que se tem vindo a aplicar, sendo certo que é uma das mais baixas do país. -----

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar as taxas de 0.8% para prédios rústicos e 0.325% para prédios urbanos, bem como, aplicar a redução da taxa prevista no artigo 112-A do CIMI, ou seja, a redução de 20€ para agregados familiares com um dependente a cargo, 40€ para quem tem dois dependentes e, 70€ para quem tem 3 ou mais dependentes, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

3. Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2018;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que até ao momento esta taxa, a ser aplicada, reflete-se na fatura do munícipe, não é uma receita de todo extraordinária para o município em termos de números e como tal, propõe-se a sua não aplicação. -----

Considerando a alínea ccc) do nro 1 do art. 33 da Lei nro 75/ 2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nro 1 do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, não aplicar a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para 2018, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. IRS – participação Variável – 2018;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Câmara optou por não alterar o que tem vindo a ser feito nos últimos tempos e que esta taxa incide sobre os munícipes com rendimentos mais elevados, não sendo de todo significativa para cada um deles, mas para aquilo que são as receitas próprias do município tem alguma implicação se se pensar, por exemplo, no histórico de 2017, prevê-se uma receita na ordem dos 112 mil euros. -----

Considerando o artigo 26º da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2017, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5. Derrama – a liquidar em 2018 referente a 2017;

O Senhor Presidente da Assembleia fez referência à deliberação tomada pela Câmara Municipal. -----
Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aplicar a taxa de derrama de 1,5% para empresas com volume de negócios superior a 150 000 euros e, não aplicar qualquer derrama, para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de pequenas e médias empresas no concelho e, pelo facto de a percentagem mínima da taxa reduzida ser de 0,1%, para o ano económico de 2017, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. 6ª Revisão Orçamental e 5ª Revisão às GOP;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que a Câmara propõe é a correção em relação ao que estava previsto e não foi executado, principalmente e na sua esmagadora maioria tem a ver com os projetos comunitários que ainda não estão em execução, como a escola, o centro de interpretação da semana santa, entre outros e que normalmente se faz nesta altura do ano. -----

Considerando a alínea a), do nro. 1, do artº 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a 6ª Revisão Orçamental e a 5ª Revisão às Grandes Opções do Plano, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7. Empréstimo a curto prazo;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se quer fazer é o que tem sido prática nesta altura do ano, ou seja, contrair um empréstimo, que tem obrigatoriamente de ser liquidado no ano económico no qual é contraído, e o objetivo deste empréstimo, principalmente é para que aquilo

que são os investimentos da Autarquia, em termos de fundos comunitários, não possam comprometer a tesouraria, aquilo que é a comparticipação comunitária é feita perante o comprovativo do pagamento por parte do município, por isso é o que se está a fazer, para se ter disponibilidade orçamental. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo que sendo um empréstimo com um fundo de reserva para não afetar a liquidez a curto prazo, pagamento a um ano e juros só sobre o que se utiliza e para não desperdiçar as verbas do quadro comunitário, parece-lhe uma medida acertada. -----

Considerando o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta de contratação de empréstimo a curto prazo apresentada pelo Banco Santander Totta, no valor de 350 000,00€, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. PROPOSTA - Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2018;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que este documento é uma previsão, e tem um conjunto de documentos, como o plano de atividades, as grandes opções do plano e também as alterações ao mapa de pessoal para o ano de 2018. Este orçamento muito próximo dos dez milhões de euros espelha o que são as opções do executivo em relação ao quadro comunitário que esta neste momento a desenvolver como por exemplo a requalificação do parque escolar, que tem uma boa fatia, mas também não quer deixar de continuar o trabalho que se tem feito até aqui, que é o caso das repavimentações, da Lobata, São Domingos, Lameira, Mógão, Entrevinhas, Cabeça das Mós e Vale da Amarela, mas aqui, aquilo que vai ser a disponibilidade de capacidade de endividamento, porque não há fundos comunitários para estas obras, por isso à medida que se vai pagando, aquilo que são os compromissos, vai-se aumentando a capacidade de endividamento, e com ela e se ela existe deve ser bem usada naquilo que são os interesses dos munícipes. -----

Na área social, que já foi falada, continuam as bolsas de estudo, de mérito. Está a ser desenvolvida uma candidatura para a requalificação do mercado diário, assim como os moinhos de Entrevinhas e a zona de lazer da Lapa. Esta a ser desenvolvida uma candidatura do moinho, porque três são propriedade da junta. -----

Espelha também o plano de ação da regeneração urbana como é o caso da recuperação da capela da nossa senhora do Carmo, dentro da estratégia do turismo religioso faz todo o sentido e tem de se dar o bom exemplo, com o património recuperado. A recuperação do lagar dos Paulinos. Chamou a atenção para o facto de o Plano de Ação para a Regeneração Urbana por vezes apresentar algumas duvidas, daí as pessoas questionarem se estas seriam as suas prioridades, mas este PARU é uma linha de financiamento que só serve para a zona urbana, a zona onde está definida uma Área de Reabilitação Urbana, como foi o caso dos corredores pedonais. O reforço do abastecimento de água em Entrevinhas, melhoria no Bairro Habitacional da Tapada da Torre, a melhoria da eficiência energética nas piscinas municipais, o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que esta em curso, aguarda-se a constituição da equipa de acompanhamento, já tendo sido entre à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, o conjunto de entidades que se achou deviam fazer parte desta comissão. -----

A ORU, operação de reabilitação urbana, que terá de ser feita no ano de 2018. -----

Existe uma realidade nova em termos de ação social, existindo um conjunto de entidades parceiras, criadas por iniciativa ou no seio do Município, nomeadamente o CLDS, através do qual já foi implementado um serviço de teleassistência, é um projeto que nasceu no âmbito do conselho Local de Ação Social, fruto da legislação, a gestão está a cargo do Centro de Assistência e Domiciliaria de Alcaravela, com um orçamento de cerca de 300 mil euros, para um horizonte temporal de 2 anos e meio. A área social que por vezes não é aqui tão espelhada em termos de números, como área social, porque existem outras entidades parceiras que também o fazem, como o caso da Rede Local de Intervenção Social, da Plataforma Supraconcelhia do Médio Tejo e da CPCJ. -----

Uma novidade é a colocação de uma rede Wifi em quase toda a Vila, também na zona da área de reabilitação urbana, um mimo para os sardoalenses e para quem visita e também em termos de divulgação turística, para todos todos os equipamentos modernos a dar a informar os visitantes do que podem visitar e o acesso à internet. -----

Continua-se a trabalhar e muito bem com a Universidade Sénior que é também uma das prioridades em termos de intervenção social assim como se irá continuar também com as refeições gratuitas escolares Referiu que o Programa Abem esta bem implementado, é uma realidade, esta a ser muito bem gerido, foi muito bem pensado e o Sardoal tem sido uma referência nacional sobre o mesmo, como sendo um dos primeiros a aderir e a acreditar neste programa, chega-se a quem precisa e só na verdade a quem precisa, independentemente da idade, do custo que a pessoa tenha com os medicamentos. -----

A cultura é também uma das apostas, não se podendo deixar de fazer aquilo que neste momento já esta bem afirmado que é o terceiro encontro de piano do Sardoal. A Rede Eunice, em que as pessoas assistem a grandes peças de teatro com os melhores atores nacionais. Apoio ao associativismo entre outros. -----

O Senhor Presidente mostrou-se disponível para prestar esclarecimentos tidos necessários. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo que ficou agradado por alguns pontos, nomeadamente a rede wifi, o espaço que se pretende criar em Entrevinhas, o projeto de eficiência energética para a piscina municipal, o Lagar dos Paulinos, a recuperação da Capela, o caudal da água de Entrevinhas, o projeto dos bairros sociais e, da análise que fez, tudo sem aumentar a carga fiscal. ---
Questiona quanto está orçamentado para a iluminação pública, porque só viu o valor de cerca de 1510 euros projetado e se a eficiência energética bem como a colocação onde está mais deficitária se continua nos planos do executivo. -----

Sobra a rubrica do cemitério, e porque viu o montante de mil euros, questiona se esta previsto arranjar a muralha do cemitério do Sardoal, ou se esta noutra rubrica, pois não consegue descobrir. -----

Questiona se existe algum programa específico nos quadros comunitários para a recuperação e limpeza das ribeiras e se não existir, se está previsto atuar sobre alguma em concreto. -----

Na Zona Industrial, as duas empresas que ainda não têm alcatrão, se esta previsto fazer algo em breve ou para quando. -----

Sobre as piscinas municipais questiona porque não aproveitar a eficiência energética, porque não fazer-se um balneário de águas quentes de apoio ao parque desportivo, porque já há meninas a praticar desporto, juizes, equipas adversarias e podiam aproveitar para tomar banho de água quente no inverno. -----

Sobre os acordos para as juntas de freguesia, vê que passou de 50 mil para 60 mil, aumentando em 20%, questionando quais as regras que prevaleceram, porque o Sardoal aumentou zero, ficando igual a 2017, e quais foram as juntas que foram aumentadas e qual aumento e percentagens e, sendo as quatro freguesias no total, a de Sardoal a que tem maior número de população questiona porque ficou de fora. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo que registou como boa sugestão a ideia dos balneários, e tem havido uma intervenção permanente e constante na melhoria do parque desportivo. --

Sobre a zona industrial, está orçamentado. No que concerne à iluminação pública, a EDP vai substituir toda a iluminaria por leds até final de 2019/20, portanto a Câmara não terá de investir. Sobre o cemitério, terá de ser intervencionado, mas não sabe se este valor será suficiente, se não for, far-se-ão as alterações orçamentais necessárias. -----

Sobre as ribeiras, terá de se fazer a limpeza das mesmas, a Câmara tem responsabilidades, as juntas e proprietários também, por diversas vezes aparecem financiamentos, mas a Câmara tem intervindo com os sapadores florestais. -----

Sobre os acordos de execução referiu que os mesmos foram elaborados com base no FEF e nos caminhos, que foi o combinado. Houve uma interpretação errada, como se falou na reunião, em que se tinha decidido que os valores seriam em tudo idênticos aquilo que foi nos anos anteriores e também se sabe pelos anos anteriores que não era correto em relação às determinadas freguesias, foi o FEF e a extensão de caminhos e o que se fez, foi fruto desse lapso de comunicação e como o Sardoal tinha um determinado valor, todos os outros foram corrigidos em relação a esse valor que foi atribuído ao Sardoal. Se o Senhor deputado achar que a Freguesia de Sardoal está penalizada, diz que não consegue perceber, porque não existe um racional. Os valores foram corrigidos e foi o que se tratou na reunião havida, com base nestes critérios e, para não prejudicar a Junta de Freguesia de Sardoal, em relação a estes critérios e para haver justiça para com as outras juntas, teria de se reduzir o valor da Junta de Sardoal, fez-se a correção pela positiva em relação às outras, julgando-se assim que todas ficaram a ganhar. Disse ainda que todos os Acordos de Execução terão de ser analisados e aprovados em sessão da Assembleia Municipal e que são atos públicos. -----

O Senhor Presidente da Câmara fez ainda referência à alteração ao Mapa de Pessoal, de oito lugares, mencionando as categorias e o tempo de resolução. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia sugerido duas correções nos documentos previsionais, nomeadamente nas páginas 85, artigo 15, nro.1 e 88, artigo 19. -----

Olhando de forma genérica para o documento plurianual de investimentos que deve retratar a estratégia do executivo para os próximos 4 anos e tratando-se de um executivo que não é novo, apesar de ter novos membros de outras forças políticas que não a força que governa, de facto, da análise feita, reparou-se que não existem muitas linhas no plano plurianual de investimentos, que se prolonguem para o ano de 2018. Parece que o concelho tem algumas necessidades ou existem alguns projetos da fazer que se poderiam prolongar no tempo, tirando a questão da escola, construção e equipamento,

tirando a modernização administrativa que apesar de estar referido só 2019 seguramente irá manter-se porque as tecnologias estão constantemente a mudar. Mais uma linha sobre a locação de viaturas, não se vê mais outro projeto que tenha continuidade no tempo, o que coloca algumas questões ou duvidas nomeadamente, estar-se de facto na presença de um orçamento que não reflete esta estratégia política de desenvolvimento do concelho, questionando se foi opção do executivo ter feito um orçamento para navegação à vista, ou seja, para um ano só, sem planear o que vem a seguir, ou efetivamente este executivo não vê projetos que à partida possam ser elencados mesmo não se executando em 2018 que não sejam passíveis de serem transferidos, enquanto investimento nos anos seguintes. Esta situação preocupa, numa altura em que se assiste à retoma da atividade económica no país, e no sentido de que o concelho pela perspetiva do PS, este executivo não prevê realização de investimentos a medio prazo possam fazer crescer a atividade económica no concelho, nomeadamente zona industrial ou espaços dinamizadores da atividade económica mas atividade mais concreta e portanto, acha que neste orçamento falta investimento ou sentido de orientação. -----

Por outro lado observa que, por opção do executivo, vão-se manter algumas atividades que, entende, destinadas a minorias, nomeadamente visitas de estudo, semana do piano, e outras, em que, mesmo sendo reduzido o investimento e percebendo que é bom que todos as pessoas possam abrir o seu leque cultural, ainda assim não deixa de ser em alguns casos, governar para minorias. É a opção do executivo. -----

Questionou sobre a parte das despesas correntes “aquisição de bens e serviços”, existindo um acréscimo de 910 mil euros, face ao previsto para 2017 e, sabendo que existe o projeto da escola, alguns investimentos poderão cair nesta classificação orçamental, querendo saber em detalhe, ao certo, de onde vem este montante a mais. -----

Referiu ainda que este orçamento tem de facto opções que o PS não se revê, o desenvolvimento económico no concelho deveria ser feito e acha que é a altura de o fazer. -----

Sobre a questão social, disse, que até pode ser que muitas das atividades exijam uma grande necessidade de verba, mas ainda assim, para o PS o valor orçamental é insuficiente. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara questionou qual o exemplo que o deputado tem para se incluir como investimento nos documentos previsionais, ao que o deputado responde que esta é a proposta do executivo e não a proposta que o PS quer alterar na Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente disse que o Senhor deputado tinha referido a zona industrial e este assunto é de quem não tem conhecimento da realidade do país, dado que existem lotes disponíveis e irá entrar-se num projeto de atribuição dos mesmos. Existe um conjunto de propostas de uma pre aquisição de lotes, para que se possa analisar as mesmas, de diferentes empresas e dentro de todas, entender quais as mais vantajosas para o concelho. -----

Disse ainda que, criar uma infraestrutura de uma zona industrial, são milhares de euros. Existe uma nova realidade em termos de quadro comunitário, enquanto houver lotes disponíveis da região, não há financiamento para aumento ou novas zonas de expansão de zona industrial. Infelizmente nesta região e não é só o Sardoal, todos os concelhos estão assim, esta situação é transversal. -----

Em relação aos investimentos plurianuais e se o deputado leu o documento, o mesmo, tem muito a ver com a evolução do quadro comunitário, não se pode estar a dizer que se vai construir um aeroporto sem se saber se para o ano, ou daqui a dois, existe financiamento para o mesmo. Este documento é realista de acordo como o que se sabe que neste momento são as necessidades dos sardoalenses, as quais foram referenciadas pelos mesmos. -----

Estas são as propostas deste executivo, o qual foi escolhido pelos sardoalenses para tratar dos destinos do concelho, concretas, realistas em relação aquilo que se sabe ter-se capacidade mínima para executar, até pela simples razão de que a manta é curta e como o Presidente da Junta de Freguesia disse e muito bem, este orçamento não tem um aumento da carga fiscal aos sardoalenses, esta boa gestão, conseguir-se-á criar novos equipamentos, oferece-los aos sardoalenses sem aumento da carga fiscal e sem que comprometa aquilo que é a atividade da Autarquia no dia-a-dia e tem de se ter os pés bem assentes no chão. -----

Sobre o comentário do deputado sobre as minorias, disse não ver as coisas assim, e o deputado veria do mesmo modo se assistisse ao que se passa, lamentavelmente, o deputado saberá da sua vida, mas lamenta que não possa presenciar o que ali é feito, naquela sala, porque a mesma enche sempre, porque não é para minorias, com muitos sardoalenses e com muitas pessoas que visitam, porque esta estratégia de desenvolvimento cultural tem a ver com a estratégia de desenvolvimento económico local. Sobre os investimentos, não sabe concretamente o valor, mas far-lhe-á chegar a informação o mais rapidamente possível. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Aderito Garcia referindo que o PS votou a favor do projeto da escola e relembrar ainda, sobre a Casa dos Almeidas, que aquilo onde o PS não se revê é na forma

como foi feita a atribuição, pelo facto de não ter havido um concurso publico, não estando contra o investimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ter sido tudo feito de acordo com a lei e pelos superiores interesses dos Sardoalenses. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado francisco António referiu estar agradado com a documentação pois consegue ver algumas alíneas que dizem respeito à sua freguesia e que sempre defende ao longo dos anos como deputado. Referiu que os executivos que gerem os concelhos do interior vão tentando gerir as verbas que vêm do poder central para colmatar as necessidades dos seus concelhos. -----

Na sua opinião está-se na presença de documentos sérios pensados com cuidado e responsabilidade e que certamente irão receber da parte do executivo municipal todo o empenho no seu cumprimento, para além do rol de importantes infraestruturas programadas para todo o concelho com as quais se congratula e que vêm sanar algumas lacunas existentes salienta particularmente a grande remodelação e modernização na escola básica 1,2, 3 e Secundaria de Sardoal. Quando estiver em funcionamento será uma mais-valia para a área da educação e formação do concelho, onde os jovens vão encontrar condições dignas e necessárias a uma aprendizagem mais digna e com melhores resultados. Assim sendo, é esta documentação ambiciosa seria e responsável. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos para comentar a intervenção do Senhor deputado Aderito Garcia, não só como deputada mas também como munícipe. Disse que durante muito tempo lhe foi difícil entender porque é que alguns eventos culturais tinham pouco publico e porque é que muitas vezes a cultura de absorção era para as massas. O que pensa hoje é que quando se tenta atingir vários públicos minoritários, como disse o senhor deputado, acaba-se por se apontar para vários públicos que perfazem as massas, das quais, todos fazem parte com as suas várias minorias porque são todos diferentes e, quando se financia a festa da associação recreativa ou o festival de piano se calhar o público-alvo também é mais comum do que aquilo que se pensa à primeira vista, ou seja, as pessoas que gostam do piano também gostam da festa recreativa e muitas vezes vice-versa. A educação do gosto só se faz quando se dá a oportunidade de experimentar e de alargar os seus horizontes e integrar a sua visão do mundo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco dizendo já ter sido ali dito que tudo era importante e que a manta era curta, com o qual concorda e que há muitos projetos que estão neste orçamento e que são importantes, mas a questão é de definir prioridades e o orçamento é uma

previsão mas também uma definição de prioridades políticas e as prioridades que estão refletidas neste orçamento, como já foi dito, não são as do PS, dado que o foco do PS é nas pessoas e se não se olhar para as características que a população do Sardoal tem em termos de idade, verifica-se que mais de metade da população já se encontra numa fase sénior ou idosa, logo, tudo o que seja política e que a Câmara deva fazer não pode deixar de ter em atenção este grupo que é o maioritário. Tem-se também outro grupo, até aos 17 anos, que envolve as escolas com cerca de 400 crianças e que também é importante apoiá-las nos seus projetos, mas não se pode esquecer é que a manta é curta e o dinheiro não dá para tudo e quando assim é tem de se pensar muito bem onde será gasto. A opção do PS seria em primeiro lugar fazer projetos para estes grupos, designados de apoio social. Depois um projeto de investimento, pois o mesmo é necessário e depois, um de segurança, dado que o grupo de pessoas que tem permanência e reside no Sardoal, os idosos, são os que mais se afligem com esta questão, logo, o orçamento do PS, teria de ser focado nestes três grandes princípios, sempre com o princípio subjacente de que em primeiro lugar estariam as pessoas. -----

O que acontece com este orçamento é que o mesmo tem aproximadamente 10 milhões de euros, dos quais, dois milhões estão relacionados com a construção da escola, e sobre este assunto o PS votou favoravelmente, fazendo uma declaração de voto e dizendo porque se votava a favor, porque olhando para o universo das pessoas e para o futuro, o PS só aproveitaria este dinheiro porque é um fundo comunitário que é dado e seria, não muito inteligente, desperdiça-lo, mas tem perfeita consciência que o grande grupo que precisa, no Sardoal, são os idosos, o grupo da escola é muito mais restrito e menor, não sabendo se noutras circunstâncias, se o dinheiro não fosse de fundos comunitários, seria esta a opção, alias, sabe que se o dinheiro não viesse dos fundos comunitários e viesse do orçamento de estado ou do orçamento camarário, não seria a opção que se tomaria, a escola que existe, sendo arranjada, daria para muitos mais anos, mas foi uma opção, o PS votou a favor, com declaração de voto e isto é preciso que fique claro, porque todos têm de ser sérios naquilo que é dito, não basta parecer. -----

Acontece que há programa referidos que a informação que tem e disse no seu discurso inicialmente, e que envolveria 17 pessoas, nomeadamente o programa Abem, questiona quantas pessoas de facto, já tiveram intervenção deste programa, bem como a despesa efetuada com estas pessoas que usufruíram destas medidas. -----

Também se falou no teatro em que o cheque passado era pouco mais de quinhentos euros, já ouviu esta versão enquanto era vereador na Camara, naquela bancada e na verdade não tem razão para duvidar do valor do mesmo, o qual é ridículo para uma peça de teatro, mas, há outras despesas, como de ir a Lisboa, com transportes, com contactos, com alojamento, com refeições, as quais é preciso somar e nenhum dos que ali estão olhando para este orçamento consegue decifrar qual o valor total, porque está diluído por varias rubricas, por isso, não se pode dizer para o ar que uma peça de teatro custa quinhentos euros no Sardoal, pois custa muito mais. -----

Por outro lado fica chocado, porque verifica três números, que têm a ver com as despesas a realizar com o apoio social, cultural e publicidade e é bom que fique claro que para o apoio social existe uma verba de 64 mil euros, para a cultura 214 mil euros e para a publicidade 75 mil euros e o PS é contra esta distribuição, pois acha irrisória a verba para o apoio social, que é inferior à da publicidade. -----

Referiu ainda que mal fora não houvesse projetos políticos bons neste orçamento, mas, se se fizer um paralelismo com os anteriores conclui-se ser um orçamento mais do mesmo, em que o dinheiro vai chegar para pagar as despesas de funcionamento, pouco mais vai sobrar e vai sobrar para algumas festas, almoços, jantares, para esta rede de teatro, para as sessões de piano, e que particularmente acha interessantes, mas 80 por cento das pessoas que vão a estes espetáculos não são sardoalenses, assim sendo, esse dinheiro seria mais bem empregue noutras prioridades, não que estas não sejam boas, são, porque a cultura deve chegar a toda a gente, às minorias, porque estas transformar-se-ão em maiorias, mas no estado em que o Sardoal está, com as carências que existem era no apoio social que muitas destas verbas tinham de ser alocadas. Por isso, com estas premissas já definidas o PS irá votar em conformidade. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o Senhor deputado não só não leu corretamente o documento como não esteve com atenção ao que se passou naquela sessão, porque algumas coisas que referiu, já tinham sido esclarecidas. Disse que o senhor deputado tinha feito uma acusação indigna de um democrata, quando disse “prática fraudulenta da democracia” e era importante que tivesse tido época política, a qual está em falta, para um deputado municipal que vai votar um documento, um dos mais importantes, que vai ditar o destino da concelho e não sabe o que está a fazer, nem a dizer, porque o documento explica tudo.-----

Disse que em relação ao social não vale a pena referir mais, pois já o fez anteriormente, contudo informou que o Município ganhou, a bandeira para os municípios mais familiarmente responsáveis e esta, foi um galardão na área social. -----

Relativamente à cultura, referiu que quando se olha para um orçamento tem de se saber que é um documento com uma grande componente técnica e não se pode olhar só para o conjunto das somas. -- No que concerne à Cultura disse que o montante é muito bem empregue e sempre defendeu que estava relacionada com o desenvolvimento económico do concelho e não entende onde se baseia o Senho deputado quando diz que são mais as pessoas de fora que vêm ao Sardoal, porque nunca esteve presente em nenhuma das iniciativas. Quando se fala em cultura, fala-se em fundos para a biblioteca, publicações, concertos, o Projeto caminhos com financiamento de 85%, o apoio ao associativismo, em que 15 mil euros são para a FUS, tudo isto somado, estas rubricas chama-se investimento, investimento nas pessoas. Disse ainda que parecia que o Senhor deputado se estava a referir a uma prestação de contas e não a um documento previsional. -----

Sobre a publicidade, está lá tudo, tem é de se saber ler, sendo verdade que se chega a uma página do documento que refere o total, mas os documentos previsionais têm lá outras coisas que não só isto, por exemplo, que nesse valor está incluído o Centro de Interpretação da Semana Santa, cuja verba é de 42 381 euros, com financiamento a 85% que serve para criar roteiros, mapas e folhetos diversos do mesmo. A mesma rubrica também é referente a publicações no diário da república, cerca de dois mil euros. Existe também publicidade do Projeto Caminhos, o qual tem o valor de 4500 euros, também ele financiado em 85%. Projeto de divulgação de boas praticas no ensino, 2000 euros com financiamento. - Aquilo onde o PS quer chegar, publicidade e eventos, propriamente dito, aquilo que é pensado como a tal publicidade tem um valor de 15 mil euros, portanto a interpretação dos números é feita, como as vezes, por falta de conhecimento, outras por falta de ética. -----

Em relação à ação social voltou a dizer, porque é algo que é inadmissível ser posto em causa, todo o trabalho social que é feito, acreditando que não se saiba o que é feito, porque não se publicita. A Câmara sabe o atendimento que tem diariamente, de crianças, jovens idosos, sabe-se aqueles a quem se ajuda, como são ajudadas as pessoas e a ajuda não é só passar o cheque e uma coisa é certa, ninguém sai da Câmara Municipal, que necessite de apoio social, sem o ter. -----

Desafiou o senhor deputado a trazer a primeira pessoa que tenha dito ter ido à Câmara Municipal pedir apoio social e que o mesmo tenha sido recusado. -----

Sobre o programa Abem, voltou a referir que o que gostaria era de não ter ninguém, mas neste momento existem 22 beneficiários, sendo que, o custo que o Município tem em relação em relação a cada beneficiário são 80 euros, vezes estes 22, claro que o retorno que estas pessoas têm é muito superior. Para si, o importante é que o programa chegue a todos os que necessitam e que esse número que necessitados seja cada vez menor. Referiu ainda que é obrigação dos políticos andarem no terreno encaminharem as pessoas para o serviço certo e não fazer-se política com falta de ética sobre estas questões. -----

Considerando o nro. 2, do artigo 27º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano e de Orçamento, com onze votos a favor (PSD) e sete votos contra (PS). -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, para apresentar uma declaração de voto cujo teor a seguir se transcreve: -----

“ Vejo projetos que há muito tempo o Sardoal já merecia, Bairros Sociais, Piscinas Municipais.

Mas votei contra pela razão de me sentir prejudicado face às demais juntas de freguesia, nomeadamente ao montante definido para os acordos de execução e como Represento Largas centenas de munícipes e tenho que defender os interesses da freguesia que represento, e por isso o meu protesto tendo em conta esse fator importantíssimo uma junta de freguesia, até porque se as outras juntas de freguesia estavam prejudicadas deveriam de ter informado este órgão que aprecia e fiscaliza as medidas tomadas pelo executivo, mas Quem vai sair prejudicado, nomeadamente nas limpezas dos caminhos são os moradores da Venda Nova, Entrevinhas, Cabeça das Mós, Andreus, S.Simão, Palhota entre outras” -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

2º ADITAMENTO - Empréstimo para cobertura necessidades de investimento;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta é fruto daquilo que fora a intervenção tanto em Panascos como em Valhascos, tendo sido considerado um conjunto de trabalhos a menos e também à adjudicação da obra em relação ao empréstimo que tinha sido contratualizado e como tal tem-se um valor disponível de 62 mil euros e o que se pretende é que seja aprovada uma alteração ao pedido de empréstimo que por sua vez terá de ser enviado para o Tribunal de Contas para aprovação

para que com esta libertação se possa também fazer a repavimentação de algumas localidades nomeadamente em S. Domingos e Lobata. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente recordando que quando foi feita a repavimentação em Valhascos não estava previsto os esgotos naquela rua sendo colocados à última da hora mas não foram ligados à linha geral de esgotos. Soube que os custos orçamentavam mais ou menos vinte mil euros e não havia dinheiro ficava para posteriormente. Também nessa data havia necessidade de repavimentar o Largo José Lobato Correia e foi só colocada uma faixa porque não havia dinheiro e segundo o executivo da junta o custo era de 10 mil euros. O que vê é que há uma libertação de verba nos Valhascos de 33 mil euros querendo assim saber porque não foi utilizada esta verba para repavimentar o Largo lobato Correia. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que foi só por questões legais não era permitido o enquadramento em que tudo estava feito, de qualquer das formas, foi feito um investimento de cerca de 150 mil euros, em Valhascos no ano passado. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se estas obras já foram ou serão feitas ao que o Senhor Presidente respondeu que é necessário estes trâmites legais para depois serem executadas. -----

Considerando a alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria autorizar o aditamento ao empréstimo, de acordo com a informação apresentada, para realização das obras de repavimentação de algumas ruas nas localidades de S. Domingos e Lobata, com onze votos a favor (PSD) e sete votos de abstenção (PS).---

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Não houve intervenção do público. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____